

Direito Administrativo II
TA - Exame de coincidência

I

Através de decreto regulamentar, os Ministros da Saúde e do Ambiente aprovaram um novo regime da eliminação de medicamentos fora de uso e resíduos farmacêuticos, do qual constam as seguintes normas:

- “1 - A instalação e exploração de unidades de incineração de resíduos farmacêuticos depende de autorização da Câmara Municipal respetiva.
- 2 - A autorização apenas pode ser concedida se não houver oposição da APA - Agência Portuguesa para o Ambiente, I.P.
- 3 - Na ausência de decisão da Câmara Municipal, considera-se que a autorização foi deferida.”

A) Aprecie a validade do decreto regulamentar (3 v.)

- decreto regulamentar, caracterização
- uso indevido, consequências
- princípio da legalidade
- usurpação de poderes
- ...

A 4 de janeiro de 2026, a empresa A dirigiu requerimento ao Presidente da Câmara Municipal solicitando autorização para instalar uma unidade de incineração. A 10 de março, não tendo obtido resposta, inicia a construção da unidade de incineração.

A 15 de março, a APA pronunciou-se no sentido da não autorização, considerando que a unidade “não cumpre as exigências legais”, o que levou a Câmara Municipal, no mesmo dia, a indeferir o pedido, “pelas razões apontadas pela APA”.

B) Aprecie as atuações da APA e da CM de 15 de março (6 v.)

- pronúncia da APA como parecer;
- caracterização do parecer;
- ausência de fundamentação; invalidade do parecer;
- audiência dos interessados;
- contagem de prazos; tempestividade das atuações
- ...

Não obstante, a empresa A continuou a construção da unidade de incineração. O Presidente da Câmara Municipal, ao tomar conhecimento desta situação, ordenou de

imediatamente a demolição da unidade de incineração, a qual será levada a cabo amanhã pelos funcionários municipais.

C) Pode a empresa A opor-se à demolição da unidade de incineração? (6 v.)

- inexistência de deferimento tácito
- invalidade do ato de indeferimento
- desvalor e consequências
- ausência de audiência dos interessados
- ilegalidade da execução; consequências
- ...

II

Diga se concorda com a seguinte afirmação:

“A regra geral da anulabilidade dos atos administrativos ilegais viola o princípio democrático” (5 v.)

- relação entre princípio democrático e princípio da legalidade
- regime dos desvalores do ato administrativo
- argumentos contra a anulabilidade
- argumentos a favor da anulabilidade
- ...

Duração: 90 minutos; NEE: apenas Grupo I